
DESAFIOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA MARXISTA

– Editorial –

Paulino José Orso

Tendo em vista a importância que tem a história e a educação em seu sentido amplo e, até mesmo, no seu sentido mais restrito para os processos de lutas pela transformação social, os editores da *Germinal* decidiram dedicar este número da revista às discussões acerca dos *Desafios da História da Educação na Perspectiva Marxista*. Não se trata, portanto, de analisar e compreender a história e a educação sob qualquer perspectiva teórico-metodológica, quer seja ela, a da dita Nova História, da Ego história, da história em migalhas, nem das teorias que desconsideram qualquer enfoque metodológico, ou que simplesmente adotam indiscriminadamente, um método qualquer.

Nesta edição, ao contrário, privilegiamos as análises historiográficas marxistas, que têm como pressuposto, a concepção materialista, histórica e dialética, calcada nas categorias de totalidade e contradição, tendo como base a sociedade e as lutas de classes. Por isso, não partimos daquilo que os homens imaginam, pensam ou gostariam que fossem, mas sim, dos homens reais, de carne e osso, socialmente produzidos; parte-se das condições e relações reais, socialmente construídas.

Marx chama atenção em *A Ideologia Alemã*, para o fato de que, em nossas análises, se quiséramos ser consequentes, não temos muitas escolhas a fazer: somos forçados a considerar que o primeiro pressuposto de toda a história é reconhecer que precisamos estar vivos para poder fazer história e que, para isso, é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas outras coisas mais... Ou seja, que é preciso partir das condições concretas, dos homens produzindo historicamente e se relacionando de uma determinada forma, pois, eles nada mais são do que suas relações de produção – “o que e como produzem sua vida, assim os indivíduos são”.

Desta forma, como nos diria o autor, a História se constitui na mãe de todas as ciências; “conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história”. Portanto, é nela e por ela que devemos compreender o homem, os fatos, a educação, as lutas, os conflitos e a sociedade de cada momento. Nesta perspectiva, no intuito de contribuir para compreender mais a história e a educação e lutar melhor, oferecemos aos leitores algumas contribuições de intelectuais que se ocuparam de aspectos diversos relacionados à temática central desta edição da *Germinal*.

Iniciamos a edição com a *seção debate*, trazendo uma contribuição da Professora Maria de Fátima Rodrigues Pereira, que discorre sobre a temática central da revista, ou seja, sobre os “*Desafios da história da educação na perspectiva marxista*”. Nele, a autora procura desvelar os desafios que a teoria marxista e sua concepção de história, em interlocução com a primeira geração da *Escola Des Annales*, coloca à História da Educação. Chama atenção para o caráter ético-político da concepção de história marxista, no debate com

setores pós-modernos e apresenta o compromisso revolucionário e emancipatório daquela para a pesquisa e o ensino da História da Educação.

Na *seção de artigos*, trazemos nove contribuições de autores que, em suas análises e discussões, adotam as categorias marxianas como pressuposto básico.

O primeiro artigo, de autoria de João Carlos da Silva e Mara Cristine Vitorino da Silva, traz por título “*Contribuições dos postulados marxistas para entender a história da educação*”. Partindo do pressuposto de que a ciência não é neutra e de que a história da educação sempre esteve a serviço de determinados interesses políticos, apresenta um panorama do processo de construção da concepção materialista-dialética da histórica, pontua a contribuição dos postulados marxistas para a história da educação e discute se a categoria classe social está superada para estudar história da educação.

Na sequência, Maria de Fatima Felix Rosar, em seu artigo denominado “*Categorias fundamentais para a historiografia da educação na segunda década do século XXI*”, apresenta breve análise da realidade produzida pelo desenvolvimento do capitalismo na atualidade, destacando a necessidade de se recolocar no âmbito da historiografia da educação, na segunda década do século XXI, categorias fundamentais apreendidas na produção histórica do contexto nacional: Estado, Burocracia e Mercado. Evidencia estratégias do Estado capitalista no Brasil no processo de associação entre o setor público e o setor privado, para garantir a manutenção da educação sob a tutela do Estado. Enfatiza a necessidade de ampliar a articulação entre os educadores e pesquisadores críticos, para realizar um enfrentamento teórico-prático sistemático e intensivo, em face da investida do governo federal que tenta neutralizar a ação política das organizações sindicais dos educadores.

E, tomando como referência a história e educação, Paulino José Orso, em seu artigo denominado “*Educação, história, possibilidades e limites*”, analisa as possibilidades e os limites da educação. Para isso, por um lado, percorre a educação ao longo da história e verifica as mudanças pelas quais foi passando nos diversos períodos históricos, em função das transformações ocorridas nas forças produtivas materiais da sociedade. Por outro, a partir do significado da Comuna de Paris de 1871, procura extrair as lições para pensar a educação. Com base nisso, tendo presente a sociedade concreta, permeada por antagonismos e contradições, marcada pelas classes sociais, procura depreender as possibilidades e os limites da educação na atualidade.

No quarto artigo, elaborado no calor dos embates entre os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e o governo federal, João Alberto discute “*Os significados históricos da greve dos professores nas universidades federais em 2012*” e realiza uma reflexão historiográfica sobre a greve dos professores das universidades federais ocorrida em 2012. Tendo presente a perspectiva historiográfica do marxismo de João Bernardo, analisa os principais impasses da política sindical (do ANDES e do PROIFES) frente ao papel central das Universidades Federais na definição macroestrutural das condições gerais de produção do capitalismo brasileiro, assim como as relações do poder institucional dos gestores-tecnocratas com as funções produtivas do trabalho docente.

Abordando a mesma temática do artigo anterior, Julio Carlos Figueiredo também trata da greve dos docentes das IFE, ocorrida em 2012, no artigo denominado “*A ciência e a educação na construção da consciência de classe: a greve dos docentes da IFE – Instituições Federais de Ensino*”. O autor afirma que a greve dos docentes das IFE indica o início de um novo período da luta de classes no país ainda que avalie que o seu desfecho inclua a possibilidade de ampliação de dificuldades caso seja aprovado o plano de carreira do governo. Rememorando a greve dos petroleiros e a reforma do Estado ocorrida no governo FHC, em 1995, diz que o movimento grevista de 2012, no final do mês de agosto, alcançou mais de cem dias de duração. Destaca que a formação da consciência de classe e a organização e a luta dos trabalhadores estão diretamente vinculadas à viabilidade de um projeto emancipador que defina os rumos da produção científica e da educação em geral.

Silvia Alves dos Santos discorre sobre a participação política do movimento dos educadores no Brasil a partir das mobilizações pela redemocratização do país, em seu artigo “*Reflexões sobre a participação política do movimento dos educadores na sociedade de classes*”. Inicia discutindo sobre as relações entre Estado e sociedade e a importância da participação política dos sujeitos na construção de outra sociedade mais justa e igualitária e segue afirmando que essa luta sempre esteve balizada pelos interesses antagônicos das classes em disputas por projetos políticos. Tais conflitos, enfatiza a autora, acirrados pelas crises cíclicas do capital, que se reestrutura de tempos em tempos, mostram-nos os imensos desafios quando se trata de construir mecanismos de contra hegemonia que possam consolidar-se em ações de enfrentamentos das injustiças sociais que assolam os direitos da classe trabalhadora.

Na sequência, Zacarias Gama discute a posição do Brasil e sua dependência acadêmica em relação aos países da União Europeia que estão se organizando no que tem sido chamado de Sociedade e Economia do Conhecimento, a partir da assinatura do Tratado de Bolonha, em seu texto intitulado “*Produção de conhecimentos e dependência acadêmica: qual o nosso projeto societário?*” O autor destaca que, a concretizar esta relação dependência, a hipótese é de que a produção de conhecimentos em nosso país e em nossas universidades e centros de pesquisa se restrinjam a conhecimentos básicos, comoditizados, para que os países mais desenvolvidos lhes agreguem valor e intensifiquem os seus processos de acumulação de capital através da venda e cobrança de royalties. Isto tende, então, a repetir padrões típicos da exploração colonial: produção de mais-valia absoluta em nossas universidades e centros de pesquisa e produção de mais-valia relativa fora das nossas fronteiras.

Por outro lado, João Batista Zanardini discute a relação entre Banco Mundial, educação e combate à pobreza, em seu artigo denominado “*A educação eficiente como estratégia para o alívio da pobreza*”. O objetivo, diz autor, é analisar o papel que uma determinada proposição educacional adquire, após os anos 1990, como estratégia para o alívio da pobreza. Para fazer a análise, toma o papel preponderante que o Banco Mundial assume nesse sentido, na proposição de políticas sociais consoantes à chamada reestruturação produtiva embasando sua “preocupação” com o alívio da pobreza por meio do incremento da produtividade dos pobres. Remete-se aí a importância da avaliação educacional, pois, o grau de

eficiência da educação “mede-se” pelos resultados nos testes avaliativos em larga escala, no sentido de incrementar a produtividade dos pobres, concretizada em sua capacidade de trabalhar.

E, finalizamos esta seção, com o artigo de Marilsa Miranda de Souza, intitulado “*Estado, movimentos sociais e educação do campo: uma sintonia com o imperialismo*”, no qual também debate-se com as políticas ditadas pelo Banco Mundial. Nele, ela se ocupa das políticas públicas impostas pelo imperialismo e daquilo que chama de relações semifeudais e semicoloniais do capitalismo burocrático brasileiro. Identifica que as políticas do Banco Mundial estão presentes em todos os municípios do Estado de Rondônia, que se fundamentam no neoprodutivismo (neopragmatismo e neotecnicismo) propagados no Brasil pelo ideário pós-moderno, a partir da década de 1990. Afirmar que essas políticas foram implantadas arbitrariamente pelo poder coronelício existente em todo território brasileiro e critica as pedagogias do campo propostas pela Via Campesina dizendo que elas não diferem da educação burguesa pós-moderna imposta pelo imperialismo às semicolônias.

Na *seção entrevista* trazemos a contribuição do Prof. José Claudinei Lombardi, que também se ocupa do objeto central desta edição, qual seja, os desafios da educação na perspectiva marxista. Lombardi não só tem uma larga atuação na História da Educação, que o credencia para esta entrevista, como também tem pautado sua ação e militância marcada pelo marxismo. Nesta entrevista o atual secretário de educação do município de Limeira-SP, discorre em que consiste a História da Educação, se é possível pensar a história da educação com base no marxismo e quais são os principais pressupostos de uma análise da história da educação na perspectiva marxista. Adentra pela História da Educação Brasileira, para tratar de quando se iniciam as análises e interpretações educacionais com base no marxismo e ou no materialismo histórico dialético e trava embate com as ditas pedagogias pós-modernas, defende a superioridade da Pedagogia Histórico-Crítica e o materialismo histórico dialético como o método que melhor dá conta de compreender a educação e a sociedade e poder revolucioná-la.

Na *seção clássicos*, trazemos o texto “*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*”, que é uma obra escrita por Friedrich Engels em 1886 e publicada primeiramente, nesse mesmo ano, no jornal socialista alemão *Die Neue Zeit* (“Os Novos Tempos”). Posteriormente, em 1888, em Estugarda, foi publicada a segunda edição, com algumas alterações, junto a qual também já foi publicada pela primeira vez as 11 Teses sobre Feuerbach de Karl Marx. A obra tinha a finalidade de levar à cabo a crítica iniciada por Marx e Engels contra a intelectualidade neo-hegeliana e refutar o idealismo que estava ressurgindo junto à classe dominante alemã. A justificativa para a publicação deste texto nesta edição da *Germinal* é que, como ela tem como foco central a História da Educação na Perspectiva do Marxismo, ao fazer a crítica e refutar o idealismo, os autores afirmam uma nova concepção de História que coincide com a perspectiva Materialismo Histórico Dialético. Na primeira parte desta obra, Engels trata do período que vai do idealismo de Hegel ao materialismo de Feuerbach e da filosofia alemã. Depois discorre sobre o desaparecimento do idealismo e o crescimento do materialismo na filosofia. Na sequência, discute sobre a filosofia da religião de Feuerbach e, finalmente, numa espécie de síntese, afirma que o cristianismo não só

se tornou ideologia da classe dominante, como também foi transformado numa ferramenta de domínio dessa classe.

Na sequência, na *seção resenha*, socializamos a produção de Antonio Alberto Brunetta, intitulado “*Quando mais é menos, continua podendo ser mais*”.

E, fechando esta edição, na *seção resumos*, apresentamos os resumos das Teses de Doutorado de Samira Saad Pulcherio Lancillotti, que defendeu a tese denominada “*A constituição histórica do processo de trabalho docente*”, defendida na Unicamp, em 2008, sob a orientação do professor José Luis Sanfelice e o resumo da Tese de Doutorado de José Claudinei Lombardi, intitulada “*Marxismo e história da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente*”, defendida na Unicamp, em 1993, sob orientação do Professor Dermeval Saviani.